



SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO SOCIAL: O LIXO QUE GERA OPORTUNIDADES

Leandro dos Santos Bernardes¹

Sara Abreu Henn²

Simone Sehnem³

Sabrina Oliveira Souza¹¹

Jacir Leonir Casagrande¹²

RESUMO

As exigências da sociedade de consumo, aliadas aos aspectos reguladores do mercado, faz com que muitas organizações enfrentem dificuldades com a destinação de produtos obsoletos, mais especificamente os produtos eletrônicos. Entretanto, aquilo que é dificuldade para uma organização pode representar oportunidades para outra, pois a resolução de uma dificuldade permite a adoção de novas práticas de gestão que integrem os conceitos de sustentabilidade e inovação social podem levar ao surgimento de novos negócios, gerando inclusive ao atendimento de necessidade mais amplas da sociedade. Neste contexto, o presente artigo constitui-se de um estudo de caso realizado no Comitê da Democratização da Informática em Santa Catarina (CDISC) e teve como objetivo principal analisar os projetos desdobrados a partir da reciclagem do lixo eletrônico de diversas instituições parceiras, intencionando ainda identificar as conexões entre as práticas da organização e as teorias de inovação social e desenvolvimento sustentável. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental e entrevista semi-estruturada com o presidente executivo da organização. Os dados foram analisados por técnicas interpretativistas e os principais resultados permitem compreender as oportunidades geradas através da reciclagem de lixo eletrônico, que existe forte conexão entre as práticas organizacionais e as teorias de inovação social e desenvolvimento sustentável, especialmente no que se relaciona a adoção do tripé da sustentabilidade.

Palavras-Chave: Sustentabilidade. Inovação Social. Lixo. Gestão Organizacional.

¹ Mestre em Administração pela Universidade do Sul de Santa Catarina, professor das Faculdades Borges de Mendonça e Decisão. E-mail: lbernardess@ig.com.br

² Mestre em Administração pela Universidade do Sul de Santa Catarina. UFSC. E-mail: sarahenn@hotmail.com

³ Doutora em Administração, atuando como professora nos cursos de mestrado da unoesc e Unisul. E-mail: Simonesehnem_adm@yahoo.com.br

¹¹ Mestre em Administração pela Univali, professora da Faculdade Borges de Mendonça. E-mail: sabrina.souza@bm.edu.br

¹² Coordenador Mestrado em Administração da Unisul. E-mail: jacir.unisul@gamil.com

1 INTRODUÇÃO

A evolução das práticas de gestão ao longo do tempo aliadas ao aperfeiçoamento tecnológico dos recursos produtivos possibilitam às organizações disponibilizar ao mercado consumidor diversidade de oportunidades para satisfação de necessidades instaladas, que ao serem satisfeitas acabam por criar outras até então não percebidas, tangenciando o pensamento econômico de que a expansão dos recursos produtivos, resulta no crescimento dos desejos e necessidades mais que proporcionalmente, ensejando que estas necessidades sejam ilimitadas, ao contrário dos recursos, principalmente os ambientais, que se configuram como limitados e escassos com o passar do tempo (ROSSETTI, 2003).

Tal constatação traz ao mundo organizacional o termo sustentabilidade, como uma preocupação relacionada às práticas de gestão que evitem sua descontinuidade, cuja definição não há consenso entre os pesquisadores, dada a sua complexidade. Entretanto, o tema sustentabilidade passou a ser empregado de forma exagerada e sem uma caracterização objetiva, o que na visão de Temple (1992) seria como ter o significado de muitas coisas e de nada ao mesmo tempo, inviabilizando sua aplicação prática, pois sua operacionalização passa pelo entendimento dos gestores, dificultando o emprego correto de seu significado.

A definição para sustentabilidade, segundo a Comissão Brundtland (WCED, 1987) é proporcionar a satisfação da geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras confirmando, portanto, a complexidade do tema, uma vez que envolve assegurar também necessidades desconhecidas no momento presente. Por isto, a estruturação do conceito leva em consideração três dimensões: ambiental, econômica e social, que caracteriza o constructo do *Triple Bottom Line*, e que sob a ótica de Elkington (2001), é a interligação destas três dimensões que possibilitará às organizações atingirem o desenvolvimento sustentável.

Desta forma, ao conjugar as três dimensões, o tema abarca a sociedade, que passa a dar maior importância às questões ambientais, principalmente às relacionadas ao comportamento das organizações, valorizando assim, aquelas que aderem práticas de gestão voltadas para o desenvolvimento sustentável, ainda que estas não estejam completamente evidenciadas. Mesmo que esta valorização esteja na contramão da sociedade de consumo, as organizações já perceberam a

importância que o tema tem na sociedade e passaram a buscar práticas de gestão convergentes com esta temática, utilizando-a também como atributo mercadológico para fidelizar clientes e garantir sua posição no mercado.

Por outro lado, a sociedade continua demandando por produtos e serviços a cada dia, seja pelas necessidades criadas pelos operadores do mercado, pelas ascensões sociais e até mesmo pelo aumento da população, pois seguindo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2010), a população brasileira cresceu 12,3% nos últimos dez anos, isto é, o Brasil tem novos 20.933.524 habitantes, que passam a inserirem-se no mercado de consumo.

Nesta perspectiva, a sociedade de consumo além de gerar demanda, acelera a obsolescência dos produtos, o que enseja maior atenção do poder público para disciplinar em legislação específica o tratamento e destinação dos itens que já não possuem mais interesse de posse dos consumidores, fazendo-se necessário que a indústria acompanhe a entrada do produto no mercado e que também seja capaz de retirá-lo do mercado, evitando qualquer dano ambiental e ônus para orçamento público.

Por outro lado, aquilo que não atende mais a uma camada da sociedade, por meio de projetos de inovação, pode constituir em oportunidades para outras, criando-se então um novo mercado, onde o que era lixo para uns pode ser ativo financeiro para outros, indo ao encontro da definição de inovação proposta por Schumpeter (1961), a qual é caracterizada como um processo de descontinuidade do que já está estabelecido, fomentado através da introdução de um novo bem, de um novo atributo de qualidade de um bem, de um novo método de produção, da abertura de um novo mercado, da descoberta de uma nova fonte de matéria-prima ou da criação de uma nova forma de organização e gestão.

Diante destas oportunidades e de modo a viabilizar o pleno emprego e responsabilizar tanto produtores e consumidores, além das regulamentações impostas e programas de incentivos pelo poder público, surgem também iniciativas sociais, que através de organizações sem finalidade lucrativa procuram promover o acesso de profissionais aos recursos tecnológicos que possibilitem sua capacitação e inserção no mercado de trabalho e de consumo, cumprindo um papel cujo braço do estado não consegue satisfazer e, por conseguinte, resolvendo problemas de ordem econômica, social e ambiental.

Neste cenário, para elaboração deste artigo, emerge a seguinte pergunta de

pesquisa: quais projetos desenvolvidos pelo CDISC (Comitê para Democratização de Informática de Santa Catarina) podem gerar oportunidades, estando em consonância com as teorias da inovação social e do desenvolvimento sustentável?

Para tanto, definiu-se como objetivo principal desta pesquisa analisar os projetos desdobrados pelo CDISC, a partir do lixo eletônico de seus parceiros são geradores de oportunidades e possuem alinhamento com as teorias da inovação social e do desenvolvimento sustentável. Para conseguir este intento, foi preciso caracterizar a estrutura, abrangência e funcionamento do CDISC; identificar as principais atividades relativas aos temas sustentabilidade e inovação social desenvolvida pelo CDISC; verificar a vinculação dos programas desenvolvidos pelo CDISC com as dimensões do desenvolvimento sustentável; evidenciar os principais resultados quantificados pela organização em relação à temática base, e; apresentar possíveis sugestões para ampliar a divulgação das ações da organização.

Pelo exposto, enfatizando o aumento considerável de consumo, que demanda das organizações maior utilização de recursos e, aliado à importância do tema para a academia, justifica-se esta pesquisa pelas contribuições oferecidas aos estudos organizacionais, que se beneficiará com a adoção de fundamentos teóricos e científicos para a estruturação, análise e avaliação da integração de duas teorias que convergem para práticas transformadoras na gestão das organizações e seu impacto na sociedade. Segundo Almeida (2002), há necessidade de unir o bem estar econômico, a equidade social e a proteção ao meio ambiente às práticas e estratégias gerenciais. Ainda sob este ponto de vista, Daroit e Nascimento (2004) sustentam a justificativa deste estudo ao enfatizarem que a inovação é frequentemente associada apenas ao enfoque econômico, provocada com o objetivo exclusivo de lucros e vantagens competitivas, havendo a necessidade de uma maior compreensão por parte das organizações sobre o papel da inovação com relação a seus efeitos sobre a sociedade e o meio ambiente.

Desta forma, o presente estudo também pode servir de referencial teórico para estudos futuros, ampliando o conhecimento sobre o tema, pois alguns pesquisadores apontam que o crescente envolvimento das empresas com inovação social pode ter relação com a distância cada vez maior do pano de fundo financeiro em detrimento do "triple bottom line", que inclui indicadores sociais, econômicos e ambientais. A próxima geração de gestores será responsabilizada por decisões que

têm efeitos muito além de suas corporações e dos mercados que servem. (Jarvis, 2009).

O presente texto está dividido em cinco partes, iniciando com esta introdução, onde o tema está contextualizado; em seguida é apresentado o referencial teórico que sustentará as análises; e em sequência os procedimentos metodológicos, a análise dos dados levantados e as considerações finais da pesquisa.

2 QUADRO TEÓRICO

Para elaboração deste artigo, buscou-se na literatura disponível, o referencial teórico para fornecer suporte ao tema pesquisado bem como sustentação para a construção das análises sob a luz de um processo científico. Desta forma, os temas abordados nesta seção consistem em explicitar o conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, juntamente com os constructos acerca das ações de inovação social como possibilidades de transformação das práticas de gestão nas organizações.

2.1 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Não existe unanimidade entre os pesquisadores para o conceito de sustentabilidade. O que se sabe é que se trata de um tema bastante complexo e muito debatido por diversos campos de estudos, que buscam aplicar ao conceito as características que julgam importante de acordo com os princípios centrais destas áreas. Entretanto, um deles parece ter maior aderência junto aos pesquisadores, o proposto por Brundtland *et al* (1991, p.46), que define que “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”, e portanto, reflete a importância em atender às necessidades para uma vida digna de forma equânime e preocupada com as gerações futuras.

De toda forma, o conceito de desenvolvimento sustentável, surgido depois de uma série de eventos e conferências históricas, vem sendo discutido desde o final do século passado (MOLDAN & BILHARZ, 1997), mas apenas recentemente a preocupação sobre a maneira de operacionalizar este conceito vem chamando a

atenção de diferentes atores do mercado, Estado e sociedade civil. Sob a visão de Fernandes (2005), esta preocupação passa a permear a sociedade a partir de 1987, ocasião em que fora publicado o Relatório Brundtland, que indicava a desigualdade existente entre os países e a pobreza como uma das principais causas dos problemas ambientais, enfatizando que o desenvolvimento econômico de hoje deve ocorrer sem comprometer as necessidades de gerações futuras e, portanto, contribuindo para divulgar o conceito de desenvolvimento sustentável.

No mesmo sentido, Cavalcanti (2012) argumenta que o desenvolvimento sustentável é aquele que dura e quem o sustenta em primeiro lugar é a natureza, o ecossistema, do qual dependemos para tudo. Dessa forma, para que o desenvolvimento possa sustentar-se há que se levar em conta as regras e os limites da natureza sem descuidar do bem estar humano, dos valores da cultura, da realização plena da cidadania.

Assim, para que uma sociedade possa se desenvolver de forma sustentável deve levar em conta não somente a ideia de crescimento econômico, mas também o bem estar dos indivíduos e a regeneração dos recursos naturais e do ambiente em que se vive, garantindo as necessidades de gerações futuras.

Segundo Sachs (2008), os desafios do desenvolvimento sustentável de proteger o meio ambiente, estabilizar o crescimento demográfico mundial, reduzir as diferenças entre ricos e pobres e acabar com a miséria serão o centro das atenções. E estes desafios exigirão negociação e acomodação entre as visões de mundo criadas pelos atores e só poderão ser alcançados com mobilização global, fundamentada na interação e cooperação de todos, em muitos casos, voluntária.

Furtado (1967) define desenvolvimento como mais do que simples crescimento da economia ou acumulação de capital, porque além de representar o incremento da capacidade produtiva, implica também a irradiação do progresso para o grosso da sociedade. Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável compreende a ideia de crescimento, superando-a. A sustentabilidade exige que se passe da gestão dos recursos para a gestão da própria humanidade, modificando hábitos, atitudes e intenções, que segundo Câmara (1996), muito embora a inquietante realidade ambiental seja por muitos, ainda ignorada ou menosprezada, torna-se cada vez mais evidente que, quanto a seus rumos futuros, a humanidade se defronta com um gravíssimo dilema nos tempos atuais. Então, se o objetivo é

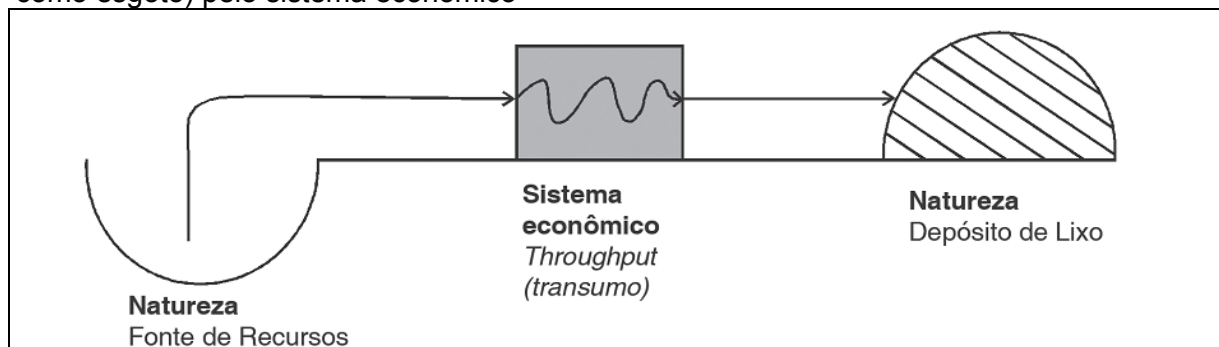
viver de uma maneira sustentável, deve-se assegurar que os produtos e processos da natureza sejam utilizados numa velocidade que permita sua regeneração. Apesar das tendências de destruição do sistema de suporte, a sociedade opera como se este sistema fosse apenas uma parte da economia (CHAMBERS, SIMMONS & WACKERNAGEL, 2000).

Segundo Seiffert (2011) a crescente expansão da capacidade produtiva dos ecossistemas antrópicos, que gradativamente induziram a uma degradação ambiental sem precedentes, levaram o homem a perceber como sua saúde e qualidade de vida estavam sendo afetadas pela poluição. Isto fez o homem repensar seu modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico, que deixava as questões socioambientais em segundo plano, pois o pensamento administrativo, na visão de Ameida (2002, p.53), estava:

[...] acostumado a dividir o universo em compartimentos estanques para poder entendê-lo – fruto de uma visão cartesiana, mecanicista, reducionista, forjada em trezentos anos de Revolução Científica e Industrial –, nos últimos anos do século XX o homem viu-se às voltas com a constatação de que a natureza não se deixa apreender completamente pelas ferramentas tradicionais de análise [...]. Para ser compreendida, pede um novo: orgânico, holístico, integrador [...].

Surgiu então a opção de desenvolvimento com sustentabilidade, cujo conceito foi sendo amadurecido ao longo dos anos. Entretanto, há que se ressaltar que o modelo econômico atual não tem a preocupação com a característica finita dos recursos naturais. Cavalcanti (2012) destaca se a ecologia fosse levada realmente a sério como instrumento para o bem-estar duradouro da sociedade, muitas ações no plano econômico estariam totalmente em perigo. A natureza fornece a escala do que a sociedade pode fazer. Enquanto isso, no modelo econômico que rege a formulação das políticas econômicas e as ações de desenvolvimento em todo o mundo, os recursos do ecossistema não são tratados como uma restrição; eles simplesmente não aparecem nos cálculos. O caráter do processo que se realiza no sistema econômico moderno é um processo linear, do tipo extrai-produz-descarta, como demonstra a Figura 1:

Figura 1: Extração de recursos (a natureza como fonte) e lançamento de dejetos (a natureza como esgoto) pelo sistema econômico



Fonte: Cavalcante (2012, p.41)

Neste sentido, Paul Streeten (1995), diz que o significado da sustentabilidade para a espécie humana consiste em manutenção, reposição e crescimento dos ativos de capital, tanto físicos quanto humanos; na manutenção das condições físicas ambientais dos constituintes do bem-estar; no fortalecimento da resiliência dos sistemas terrestres, capacitando-os a ajustar-se a choques e crises; e em evitar transferir dívidas de qualquer caráter, ecológicas ou financeiras, para gerações futuras. Fazer o oposto disso é promover a insustentabilidade.

Assim, para que se pratique a sustentabilidade e que haja um desenvolvimento de fato sustentável, se deve levar em consideração os limites da natureza e a característica finita de seus recursos. Somente com a ideia de regeneração, refletida através das três dimensões da sustentabilidade: ambiental, econômica e social é que se pode pensar em desenvolvimento sem que as gerações futuras sejam prejudicadas.

2.1.1 *Triple Bottom Line*

Na tentativa de estruturar o conceito e o entendimento de sustentabilidade, surgem diversos eixos centrais, definidos de acordo com o enfoque dado pelo pesquisador, sendo o *Triple Bottom Line* enfoque de maior destaque, pois contempla as três dimensões: ambiental, econômica e social, que convergem entre si para reforçar a estruturação do tema sustentabilidade e desenvolvimento sustentável (ELKINGTON, 2001 & BRUNDTLAND et al, 1991).

Na mesma linha de raciocínio, Cattani (2003), destaca a importância dos modelos econômicos se estruturarem, de modo a estimular a cooperação, a preservação do meio ambiente, a redução das desigualdades sociais, o respeito por

todos os seres vivos e a paz, pois ao contrário, a humanidade caminhará para a destruição total do planeta.

Neste contexto, o *Triple bottom line*, também denominado de 3 P's: People, Planet e Profit (pessoas, planeta e lucro) constitui-se no alicerce do conceito de desenvolvimento sustentável, pois o mesmo somente ocorre se as práticas adotadas levarem em consideração, ao mesmo tempo e em sua totalidade, as características de cada uma das três dimensões explicitadas no Quadro 1:

Quadro 1: Tripé da Sustentabilidade

Dimensão	Características
Sustentabilidade social	<ul style="list-style-type: none">- Criação de postos de trabalho;- Qualificação profissional;- Produção de bens dirigidas ao atendimento das necessidades básicas;- Desconcentração espacial de atividades e de população;- Democratização do poder local/regional.
Sustentabilidade econômica	<ul style="list-style-type: none">- Fluxo permanente de investimentos públicos e privados;- Manejo eficiente dos recursos;- Endogenização: contar com as próprias forças; capacidade de auto-manutenção.
Sustentabilidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none">- Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas;- Prudência no uso de recursos naturais;- Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos;- Cuidados ambientais.

Fonte: Montibeller-Filho (2001)

Assim, a sustentabilidade com a integração destas dimensões traz benefícios e contribui para uma melhor qualidade de vida, pois na visão de Paula (2000), a sustentabilidade, integrando suas diferentes dimensões, contribui para a redução das desigualdades sociais, iniquidade e exclusão que atingem inúmeros grupos de seres humanos, dando assim oportunidade para que tenham uma melhor qualidade de vida.

Além disso, as organizações também se voltam às dimensões evidenciadas pelo *Triple Bottom Line* no sentido de tornar-se uma importante ferramenta para medição de desempenho organizacional, pois conforme Robins (2006, p.1), o tripé “torna-se integrante dos relatórios não financeiros para avaliação de empresas e recebe, portanto maior atenção pela sua amplitude e aderência”.

Para Elkington (2004), o equilíbrio dinâmico entre as três dimensões (econômica, social e ambiental), poderá ser alcançado quando a organização

considerar a integração efetiva destes pilares na sua estratégia e na sua ação, já que a construção da sustentabilidade é um desafio que só pode ser enfrentado de maneira integrada e com o efetivo engajamento de todos os atores envolvidos.

2.2 INOVAÇÃO SOCIAL

O conceito de inovação social ainda vem sendo construído e não há coesão de ideias a respeito desta teoria, pois segundo Yeung (2007), desenvolver uma definição para a inovação social não é tarefa fácil, uma vez que o tema é relativamente recente e complexo. Contudo, o tema inovação frequentemente é referido para caracterizar práticas de gestão que implementem alguma melhoria no processo produtivo, agregando valor aos produtos e serviços, mas segundo Hall e Vredenburg (2003), quando a inovação possui uma preocupação maior que a esfera econômica, significa que está direcionada para o desenvolvimento sustentável e requer tanto a incorporação das restrições oriundas das pressões sociais e ambientais como a inclusão de uma visão que considere também as futuras gerações, adotando práticas de gestão com perspectivas de longo prazo.

Para Goldenberg (2004), inovação social é o desenvolvimento e aplicação de atividades melhoradas, iniciativas, serviços, processos ou produtos projetados para atender aos desafios econômicos e sociais enfrentados por indivíduos e comunidades. Crises (2004), descreve inovação social como novas formas organizacionais e institucionais; novas maneiras de fazer as coisas; novas práticas sociais; novos mecanismos; novas abordagens e novos conceitos que dão origem a resultados concretos e melhorias.

No entanto, o aspecto inovador que reside na inovação social está em novas formas de fazer as coisas com o fim explícito de rearranjar os papéis sociais ou de dar outras respostas para situações sociais insatisfatórias e problemáticas. Assim, Phills, Kriss e Dale (2008), definem inovação social como o processo de inventar e garantir o apoio para a implementação de soluções inovadoras para necessidades e problemas sociais.

Inovação social pode ser uma nova solução para um problema social de modo mais eficaz, eficiente e sustentável, sendo que as soluções existentes se estendem à sociedade como um todo, e não apenas a indivíduos de forma particular.

A inovação social pode ser um produto, processo de produção, ou tecnologia (muito parecido com a inovação em geral), mas também pode ser um princípio, uma idéia, uma peça de legislação, um movimento social, uma intervenção, ou alguma combinação delas. (PHILLS *et al*, 2008).

Neste sentido, a inovação social assume uma forma mais sofisticada para o simples conceito de inovação, tangenciando o mesmo tripé da sustentabilidade, uma vez que suas práticas integradoras abarcam as três dimensões: ambiental, econômica e social, para resolução dos problemas (BARBIERE, 2007).

A literatura aponta ainda que a inovação social ocorre com maior frequência no terceiro setor, mas que não é exclusividade deste. Léves (2002), propõe maior disposição para a inovação social no setor sem fins lucrativos. Segundo Brisbois e Saunders (2005), as organizações sem fins lucrativos continuam a promover e liderar a inovação em nível de comunidade. Elas trazem para o desenvolvimento social os desafios dos problemas econômicos, por seu conhecimento profundo da comunidade, a experiência, flexibilidade, criatividade e capacidade de resposta, capacidade empresarial e uma abordagem holística, ou seja, a capacidade de se dissolver fronteiras e intermediar um diálogo entre o público e privado, sendo estes, alguns dos ingredientes essenciais para "aprendizagem social" e para a inovação.

Phills *et al.*(2008) destacam ainda que organizações sem fins lucrativos, governos e empresas têm desenvolvido uma apreciação melhor da complexidade dos problemas globais como as alterações climáticas e a pobreza, permitindo compreender que estes problemas exigem soluções sofisticadas. Como resultado, vê-se cada vez mais os três setores unindo forças para enfrentar os problemas sociais; problemas que afetam a todos nós.

Além disso, a diferença entre os empresários e empreendedores sociais apontada por Phills *et al.* (2008), pode ser atribuída simplesmente pela motivação. Enquanto um é motivado por dinheiro, o outro é motivado pelo altruísmo, ou seja, as ações realizadas beneficiam outros indivíduos. Os autores destacam ainda que o desenvolvimento de atividades voltadas à inovação social se estabelece na criação de benefícios ou reduções de custos para a sociedade - por meio de esforços para lidar com as necessidades sociais e problemas – com resultados que vão além dos ganhos privados e de benefícios proporcionados pelo mercado.

Assim, apesar de não haver um consenso entre os pesquisadores a respeito de um conceito único e universal para a inovação social, entende-se que são ações

voltadas à resolução de problemas sociais, a partir da comunhão entre Estado, sociedade civil e empresas privadas e que proporcionam a transformação de realidades para o enfrentamento dos desafios sociais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa classifica-se como um estudo de caso, versando sobre o alinhamento das práticas de inovação social do CDISC – Comitê para Democratização de Informática de Santa Catarina com a teoria do desenvolvimento sustentável. O estudo de caso, na visão de Yin (2005, p.32), caracteriza-se como um método de investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos, o que permite esclarecer o motivo pelo qual os fenômenos acontecem, ou seja, o como e o por que.

Creswell (2003), ressalta que o estudo de caso deve ser considerado como um método emancipatório, pois possibilita trabalhar com a evolução histórica do contexto pesquisado e com a participação dos indivíduos na construção de significados.

Já em relação à abordagem, o estudo se enquadra como qualitativo, pois na visão de Richardson (1999, p. 90), “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”. Corroborando, Godoy (1995), explica que a abordagem qualitativa permite ao pesquisador obter dados descritivos de pessoas, lugares e processos pelo contato direto com a situação estudada, o que lhe possibilita compreender os fenômenos sob a perspectiva dos sujeitos que participam da situação objeto de estudo.

Richardson (1999), destaca que a pesquisa qualitativa se caracteriza por descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação, compreender e classificar processos dinâmicos vividos pelos mais diversos grupos sociais, o que possibilita contribuições no processo de mudança do comportamento dos indivíduos.

Ainda no que diz respeito à pesquisa descritiva, Triviños (1995), destaca que esta tem o foco de identificar e analisar uma realidade tencionando conhecer e descrever os fatos relacionados ao fenômeno.

Tais descrições ou entendimento gerados pela pesquisa descritiva tendem a fornecer explicações à ocorrência de eventuais comportamentos ou fenômenos ligados ao objeto de estudo. Assim, quanto aos seus objetivos, esta pesquisa também pode ser considerada como explicativa, que, sob a ótica de Vergara (2007), é definida como um tipo de pesquisa que se destina a explicar ou esclarecer quais os fatores tendem a incidir sobre o fenômeno estudado, ou seja, tem foco na explicação do porquê de os fenômenos acontecerem, constituindo-se em um formato de pesquisa que possibilita também maior aprofundamento pelo pesquisador, uma vez que seu objetivo é fornecer a razão pelos quais os fatos ocorrem.

Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa pode ser enquadrada como documental, pois investigou-se as informações contidas em documentos publicados pela organização em *website*, relatório de gestão e dados secundários, obtidos de análise de documentos existentes da organização objeto de estudo.

No que se refere à utilização de documentos, Malhotra (2001), ressalta que estes constituem-se em fontes de dados primárias da pesquisa que são resultantes de dados já existentes e que, ao serem coletados, dão origem a novas construções, o que se chama de dados secundários. Corroborando, Vergara (2007), explica que, ao utilizar-se de pesquisa documental, a investigação é realizada a partir de documentos conservados por órgãos públicos e privados de qualquer natureza e também pelas pessoas, sobre o que exemplifica registros, anais, ofícios, regulamentos, memorandos, circulares, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, informações em mídia eletrônica, fotografias, videoteipes, cartas, diários, entre outros.

Ainda em relação à coleta de dados, empregou-se uma entrevista com o presidente da organização de modo a verificar maiores detalhes das informações publicadas, pois na concepção de Haguette (1997, p. 86), a entrevista é “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

Como a entrevista foi planejada com antecedência, visando o correto encadeamento das questões, ela foi esboçada de forma lógica, na tentativa de

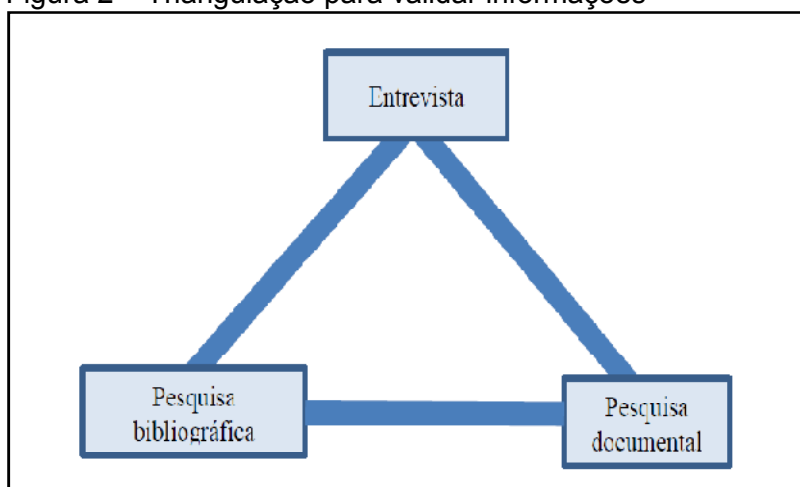
verificar os dados já conhecidos e se descobrir novos fatos acerca do tema pesquisado, o que a caracteriza como uma entrevista semi-estruturada, atendendo a definição de Triviños (1995, p. 146), a qual afirma que a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa, o que favorece a explicação e a compreensão dos fenômenos em sua totalidade.

Neste mesmo sentido, complementa Manzini (1990/1991, p. 154), que a entrevista semi-estruturada está focada no assunto sobre o qual está confeccionado o roteiro com as perguntas principais e que podem ser adaptadas de acordo com as circunstâncias em que se desenvolve a entrevista.

Nesse contexto, ao lançar mão também de dados bibliográficos e documentais, eles serviram para estruturar a triangulação dos dados no sentido de validar as informações das entrevistas, pois, segundo Maxwell (1996), a triangulação reduz o risco de gerar viés na interpretação dos dados. Decrop (2004), complementa explicando que a triangulação dos dados da pesquisa é o olhar para o fenômeno através de mais de uma fonte de dados, analisando-as por diferentes ângulos.

Ao utilizar a triangulação para validar os dados coletados e construir as análises, o pesquisador terá uma visualização mais consistente do fenômeno investigado, gerando maior confiabilidade na pesquisa, o que, para efeito deste estudo pode ser ilustrado na figura 2, a seguir:

Figura 2 – Triangulação para validar informações



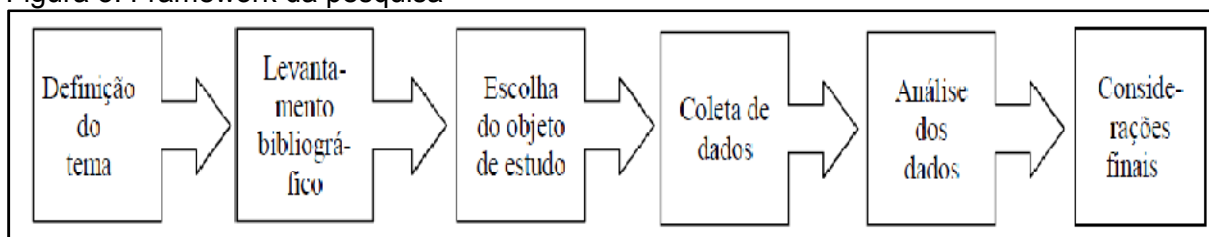
Fonte: Elaboração do autor, 2015.

Os dados coletados foram validados através da triangulação de informações constantes em documentos divulgados no *website* do CDI-SC e entrevista junto ao

presidente em exercício da entidade. As atividades desenvolvidas Comitê para Democratização de Informática de Santa Catarina foram analisadas segundo as categorias de análise: dimensões social, ambiental e econômica preconizadas pelo Tripé da sustentabilidade e conforme as características do tema inovação social abordadas no levantamento bibliográfico.

Para facilitar o entendimento em relação aos procedimentos adotados na elaboração desta pesquisa científica, a figura 3 demonstra cada etapa realizada.

Figura 3: Framework da pesquisa



Fonte: Elaboração dos autores (2015)

Conforme se verifica na figura 3, os procedimentos adotados na laboração deste estudo foram: Definição do tema de pesquisa, ao que se resolveu estudar sustentabilidade e inovação social, de modo a evidenciar ações transformadoras nas práticas de gestão das organizações; Levantamento de literatura disponível para sustentar as análises do caso, versando sobre sustentabilidade e inovação social; Busca e escolha de organizações que desenvolvam práticas de gestão cujos impactos possam evidenciados através dos fundamentos das teorias abordadas no estudo, ao que resultou na identificação da instituição CDI-SC – Comitê para Democratização da Informática em Santa Catarina; Realização de entrevista com o presidente executivo da organização objeto de estudo e análise dos documentos disponibilizados pelo mesmo e relativos á organização, tais como jornais, informativos, regimentos, *website* e vídeos institucionais; Análise dos dados coletados, trinagulando as informações da entrevista com as informações da pesquisa pesquisa documental, vídeos e entrevistas, de modo a agrupar em categorias de análises que possam evidenciar práticas de sustentabilidade e inovação, alinhadas ao tripé da sustentabilidade; De posse dos resultados, processou-se a discussão dos mesmos, buscando amparo no referencial bibliográfico construído; Para fechamento do estudo, determinou-se as conclusões do trabalho e as possíveis sugestões para trabalhos futuros.

Sendo assim, ao aplicar os procedimentos de forma sequenciada, conforme verifica-se na figura 3, o trabalho satisfaz a preocupação instrumental referenciada por Demo (1985), de que a metodologia deve cuidar dos procedimentos, das ferramentas e dos caminhos percorridos para se fazer ciência, uma vez que ela deve tratar a realidade de forma teórica e prática.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção o caso é apresentado e analisado. Os dados obtidos das diferentes fontes: documentos, *website* institucional e entrevista estão apresentados de maneira integrada, favorecendo a triangulação entre os mesmos.

4.1 APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

Comitê para a Democratização da Informática de Santa Catarina, CDI-SC, é pessoa jurídica de direito privado constituído na forma de associação civil sem fins econômicos. Segundo seu Relatório de Gestão de 2013, tem como missão promover a inclusão social de populações menos favorecidas, utilizando as tecnologias de informação e comunicação como um instrumento para a construção e o exercício da cidadania.

O CDI foi criado para atender demandas das periferias da cidade do Rio de Janeiro e, desde 2001, atua em Santa Catarina, por meio de parcerias com organizações e com a participação de voluntários a fim de promover a inclusão social utilizando a tecnologia da informação. O Comitê para a Democratização da Informática está também presente em países como Uruguai, Colômbia, Venezuela, Chile, Peru, Argentina, México, Equador, Estados Unidos, Espanha e Inglaterra.

De acordo com o Relatório de Gestão 2013, o CDI-SC tornou-se em 2004 uma organização de Utilidade Pública Municipal em Florianópolis, através da Lei 6494/2004, sendo reconhecida como uma organização não governamental que utiliza a tecnologia como ferramenta para combater a pobreza, a desigualdade e promover o empreendedorismo. No ano de 2011 o CDI-SC tornou-se também uma

organização de Utilidade Pública Estadual, através da Lei 15.565 de 21 de setembro de 2011.

Conforme informações do *website*, a organização reúne ações de líderes comunitários, executivos de grandes empresas, professores e voluntários de diferentes classes sociais, motivados a serem agentes de transformação. Para tanto, o CDI-SC conta com a participação dos seguintes parceiros: comunidades com alta demanda de jovens em situação de pobreza e vulnerabilidade social, dispostas a mudar sua realidade, disponibilizando local para instalação dos espaços de cidadania e inclusão digital, gestão do espaço e manutenção dos educadores; empresários próximos às comunidades que ajudam na remuneração dos educadores; empresários locais contribuindo para a manutenção da estrutura operacional do CDISC, como custos operacionais (telefone, gasolina, material de consumo); empresas que prestam serviços voluntários de contabilidade, assessoria de imprensa, agência de comunicação, produção e veiculação de campanhas publicitárias para divulgação das ações desenvolvidas; grandes corporações e sociedade em geral com a doação de equipamentos de informática para equipar os Tele-Centros e matéria-prima para o Programa ReciclaTec, além da Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações de Santa Catarina - SUCESU-SC com espaço cedido para a sede do CDI-SC e apoio na administração financeira.

Para que sua missão seja atendida, o CDI-SC desenvolve os seguintes projetos: Projeto Fênix, Projeto ReciclaTec, Projeto CDITelecentro e Projeto Cidade Melhor. Os objetivos propostos em cada projeto estão relacionados no quadro 2, a seguir, elaborado com base nas informações obtidas através *website*, relatório de gestão e balanço social:

Quadro 2: Projetos desenvolvidos pelo CDI-SC

Projeto	Objetivo
Projeto CDITelecentro	Trabalhar conceitos e cidadania e informática em espaços criados para a inclusão social e digital em comunidades menos favorecidas. É um espaço disponibilizado pela comunidade atendida para oferecimento de cursos online, oficinas de informática e acesso à internet a seus usuários.
Projeto Fênix	Ampliar oportunidades de acesso de jovens e adultos ao mercado de trabalho, formando profissionais em manutenção e montagem de computadores. Além da capacitação profissional, o projeto tem como finalidade a formação ética e cidadã de seus educandos com a conscientização da destinação correta de equipamentos de informática obsoletos.
	Reaproveitamento de equipamentos de informática recebidos em

Projeto ReciclaTec	postos de coleta distribuídos em entidades parceiras do CDI-SC, na cidade de Florianópolis. Os equipamentos doados ou descartados são levados ao CERTEC (Centro de Recuperação de Resíduos Tecnológicos), que realiza uma triagem para reutilização de componentes não danificados e posterior montagem de equipamentos para utilização nos Telecentros. Os componentes que não puderem ser recuperados são vendidos as empresas com certificação ambiental para o correto descarte do material.
Projeto Cidade Melhor	Sensibilização da população com exposições de boas práticas para a sustentabilidade.

Fonte: Autores com base em documentos institucionais (2015).

De acordo com o presidente em exercício da associação, o Comitê para a Democratização da Informática de Santa Catarina, trabalha para transformar vidas através da tecnologia. Menciona ainda o entrevistado, que desde 2001 a organização já capacitou aproximadamente quinze mil jovens, crianças e adultos em cidadania e informática e recebeu mais de quinze mil usuários no ano de 2013, nos CDI Telecentro. Já em relação ao projeto ReciclaTec, o entrevistado relata que através deste programa são recolhidas em média 50 toneladas por mês de equipamentos de informática, com recuperação de cerca de 200 computadores por mês que são utilizados para capacitação de educandos e para oportunidades de inclusão social.

O presidente do CDI-SC informa também que o CERTEC recebe além de equipamentos depositados nos 20 postos de coletas distribuídos em Florianópolis, demandas de grandes empresas parceiras do CDI-SC para triagem e destinação dos equipamentos obsoletos. Os materiais cujas condições não permitem reaproveitamento são encaminhados para empresas com certificação ambiental para que tenham o destino correto, haja vista a toxicidade dos equipamentos e necessidade de um descarte adequado evitando prejuízos ambientais e de saúde pública.

Segundo o presidente do CDI-SC, a organização trabalha de acordo com quatro vertentes, quais sejam: social, econômica, ambiental e política. Em relação à dimensão social, destaca a possibilidade de inclusão social às pessoas atendidas pelos Telecentros; a dimensão econômica se dá na medida em que os projetos proporcionam às pessoas capacitadas oportunidade para geração de emprego e renda; a dimensão ambiental por proporcionar maior conscientização das pessoas atendidas e por contribuir para o descarte adequado de componentes de informática;

a dimensão política é entendida pela luta junto aos direitos dos indivíduos em situação de vulnerabilidade e menos favorecidos.

Além disso, o entrevistado afirma que a entidade atua como um “braço” do governo (estadual e municipal), uma vez que o poder público não possui as condições necessárias para a resolução de todas as demandas e problemas sociais.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao analisar o caso sob a luz das teorias que tratam da sustentabilidade e da inovação social, evidencia-se que os programas desenvolvidos pelo CDI inserem-se no alinhamento entre estes dois importantes temas para a sociedade contemporânea, uma vez que eles podem facilmente estar sustentados ou estruturados sob as dimensões ambiental, econômica e social de que trata o *Triple Bottom Line*.

O projeto Fênix, batizado metaforicamente para remeter à ave da mitologia grega, que após morrer por combustão, renasce das cinzas, empresta ao contexto organizacional a possibilidade de transformar vidas, a partir de insumos que não mais serviriam para a sociedade. Assim, por meio da recuperação de produtos obsoletos, que são totalmente desmontados e remontados para atender aos propósitos do programa, tem-se a possibilidade de integração junto à sociedade, proporcionando a capacitação de pessoas para o mercado de trabalho e gerando novas iniciativas de empreendedorismo. Pôde-se perceber ainda por meio de relatos, que muitos egressos dos cursos de manutenção de computadores se lançam no mercado, ainda que de forma informal, como prestadores de serviços.

Assim, percebe-se que as ações praticadas pelo CDI-SC vêm de encontro ao que define Phills *et al* (2008): inovação social pode ser uma nova solução para um problema social de modo mais eficaz, eficiente e sustentável, sendo que as soluções existentes se estendem à sociedade como um todo e não apenas a indivíduos de forma particular.

Não obstante, os 200 computadores remontados mensalmente, segundo informações do presidente executivo da organização, representam de 12% a 15% menos de resíduos para tratamento como lixo, passando a ser destinado para construção de ferramentas de inclusão social e geração de renda. Assim, algumas parcerias público/privadas já conferem ao CDI-SC o reconhecimento de sua

competência para capacitação, por exemplo, a empresa Petrobrás subsidia a capacitação de 200 jovens que serão futuros empregados, por meio de cursos do projeto Fênix.

Além disso, os projetos possuem encadeamento entre si, sendo que suas ações estão interligadas no propósito maior de inclusão digital e social. Desta forma, para que o projeto Fênix esteja em plano de funcionamento, o projeto Reciclatec, por meio de parcerias público/privadas, gerencia postos de coletas de equipamentos eletrônicos que seriam depositados no lixo e, depois de realizada a triagem, são reaproveitados e colocados à disposição dos educandos do projeto Fênix.

O presidente executivo do CDI-SC definiu que, para que seja dada a conotação de lixo, é necessário que haja mistura de diversos materiais em um mesmo local. No entanto, quando há materiais depositados de acordo com sua constituição (tipo de material), tem-se então um estoque. Nesta analogia, o “lixo” para a sociedade passa a ser um ativo financeiro importante para financiar os projetos do CDI-SC.

Quanto às parcerias com o setor público, são resumidas à fixação de postos de coletas em parques e lugares públicos; organização de feiras e exposições que integram programas governamentais para conscientização do correto descarte de materiais e doação de material apreendido por autoridade constituída, como máquinas caça níqueis e computadores de processos criminais.

Já no âmbito privado, as parcerias do CDI-SC, proporcionam às empresas o atendimento às diretrizes da política nacional de resíduos sólidos, minimizando os custos da logística reversa. Estas parcerias são desenvolvidas de modo que as empresas impactadas por esta legislação destinem ao CDI-SC seu “lixo” eletrônico e uma remuneração para que seja dado o descarte de maneira correta. Certamente o valor desembolsado ao CDI-SC representa um montante menor, em relação aos custos necessários para atender a legislação com estrutura e programas próprios.

É relevante destacar que o percentual de componentes que não podem ser revendidos para empresas com certificação ambiental e realizado o correto descarte, como placas mãe de computadores, são acondicionados, separados para exportação e vendidos principalmente para Europa, continente que possui tecnologia capaz de efetuar a estratificação destes componentes sem a contaminação ambiental.

Diante do exposto, o CDI-SC, por suas ações de inovação social e sustentabilidade, acaba criando um mercado interessante para operadores que possuem finalidades lucrativas, instalando-se como concorrentes. Contudo, acerca deste tópico, destacou o presidente executivo do CDI-SC, que diversos operadores procuram o CERTEC para parceiras, buscando dar a destinação adequada ao resíduo, tratando-o apenas como uma atividade financeira. Embora, a legislação estabeleça critérios rígidos para que as empresas possam atuar com o tratamento de resíduos sólidos, como necessidade de certificações e comprovação de tratamento segundo aspectos ecologicamente corretos, muitas empresas não as cumprem ou não as possuem.

No que tange aos fatores motivacionais para que as empresas estabeleçam parceria junto ao CDI-SC, o presidente executivo da associação afirma que é inegável o fator de cunho econômico como fonte de motivação inicial, mas que ao longo do tempo, as empresas vêm demonstrando grande preocupação com sua imagem, o que implica também ser responsavelmente sustentável e operacionalizar de forma adequada a destinação de seus resíduos.

Embora o CDI-SC não possua dados concretos acerca do número de pessoas que conseguiram transformar suas vidas, o presidente executivo do CDISC afirma não ter dúvidas a respeito da amplitude deste número, pois os programas desenvolvidos não se restringem aos aspectos técnicos, mas enfatizam os princípios éticos, o uso consciente dos recursos e o exercício da cidadania. Desta forma, destaca que sustentabilidade é uma questão de educação e que deve fazer parte dos hábitos mais simples da humanidade. No que tange a sua percepção em relação a uma mudança de postura de novas gerações e a preocupação com questões ambientais, acredita que não há como dimensionar se novas gerações serão mais ou menos comprometidas, pois as pessoas ainda levam muito em consideração o aspecto individualista quando se trata de consumo.

Sob a ótica mercadológica, o presidente executivo do CDISC acredita que a sociedade em breve presenciará o reflexo das práticas sustentáveis nos níveis de preço praticados pelo mercado, pois o uso correto permitirá uma produção mais racional, com menos desperdício e, portanto, menor custo e preço final.

Apesar de o CDI-SC vir obtendo um resultado positivo, a organização ainda encontra alguns desafios, especialmente no que tange a maior divulgação junto à população. Para tanto, utiliza de uma comunicação indireta, gerando fatos e notícias

como problemas cotidianos, anúncios de cursos, palestras em escolas e universidades, que permitam marcar sua participação e despertar o interesse por suas atividades. Em relação a projetos futuros, o entrevistado relatou que a organização está se estruturando para abrigar projetos que possam ser desenvolvidos em parcerias de empreendedores com empreendedores, ou seja, o CDISC viabilizaria o encontro destes sonhos em uma estrutura concreta.

Assim, percebe-se que há evidências das características preconizadas pelo tema inovação social e as ações praticadas pelo CDI-SC. O quadro a seguir, elucida os principais aspectos abordados pela revisão da literatura em consonância com a organização estudada:

Quadro 3: Aspectos de inovação social no CDI-SC

Aspecto analisado	CDI-SC
Resolução de problemas sociais	Projeto Fênix, ReciclaTec e Telecentros
Maior ocorrência no terceiro setor	Forma de organização associativa
Parceria, Estado sociedade civil e setor privado	“Braço do governo” com parcerias público/privadas
Resultado além do econômico	Lema: “Transformar vidas através da tecnologia”
Altruísmo	Projetos que beneficiam o coletivo

Fonte: Elaboração dos autores (2015)

Ao analisar as informações do Quadro 3 percebe-se as práticas de inovação social estão ligadas às questões econômicas e sociais com abordagens mais que técnicas, pois desenvolvem conexões que exigem um pensar mais abrangente, de modo a compreender e integrar suas atividades no contexto social. Neste contexto, o resultado econômico é decorrente de um processo de ajustamento mútuo, entre organização e sociedade e que possibilita o aprendizado contínuo sobre novas práticas, ao que corrobora Senge (1998), ao explicitar que as organizações que aprendem e desenvolvem continuamente a capacidade de se adaptar e mudar através da criatividade e inovação, o que ocorre através de um conjunto de ações que consideram aspectos técnicos sociais e comportamentais.

Ainda com o intuito de avaliar as categorias de análise selecionadas, o quadro 4 evidencia a aplicação das dimensões do *Triple Bottom Line*, em cada um dos projetos do CDI-SC:

Quadro 4: Projetos CDISC - Dimensões do *Triple Bottom Line* e a Inovação social

Projeto	Dimensões	Práticas Desenvolvidas
Projeto CDITelecentro	Ambiental	Utilização de computadores remontados com materiais que seriam descartados como lixo, evitando poluição.
	Econômica	Difusão do uso responsável da informática e geração de renda aos usuários que podem utilizar o espaço como local de trabalho.
	Social	Inclusão digital, através da disponibilização dos equipamentos e inclusão social, através da promoção de interação entre os usuários.
Projeto Fênix	Ambiental	Reutilização de componentes eletrônicos que seriam descartados como lixo, evitando poluição.
	Econômica	Geração de renda aos participantes dos projetos que acessam o mercado de trabalho através da capacitação recebida.
	Social	Capacitação em informática, montagem e manutenção de computadores, qualificando pessoas para o mercado de trabalho.
Projeto ReciclaTec	Ambiental	Reutilização de todas as partes que compõem um produto eletrônico (100%), evitando o descarte no meio ambiente, evitando uso de novas matérias-primas que também gerariam maior emissão de gases.
Projeto ReciclaTec	Econômica	Geração de receita através de parcerias com empresas para logística reversa de produtos eletrônicos; aproveitamento dos componentes para os demais projetos e venda do restante dos resíduos (estratificado por tipo de material) para a indústria nacional e internacional.
	Social	Gera emprego para a comunidade local em atividades relacionadas ao processo de separação, acondicionamento e transporte de materiais.
Projeto Cidade Melhor	Ambiental	Incentiva e orienta quanto ao descarte correto dos produtos, gerando novos hábitos de consumo.
	Econômica	Parcerias com os municípios, que possibilita redução de gastos ao poder público e geração de renda para reinvestimento nos projetos.
	Social	Palestras sobre cidadania e consciência ambiental, gerando maior interação social e também algum crescimento político.

Fonte: Elaboração dos autores (2015)

Conforme apurado no Quadro 4, pode se afirmar que os projetos desenvolvidos pelo CDISC, encontram-se alinhados ao tripé da sustentabilidade, pois através de características ou atributos específicos, cada um deles se insere nas três dimensões propostas pelo modelo. Ao atender requisitos, estabelece um diálogo permanente entre as dimensões, corroborando com o pensamento de Dias (2007), em que a organização deve estar tomando práticas que promovam o equilíbrio e a continuidade da sustentabilidade.

Complementando as análises, o presidente executivo do CDISC, que também é empresário na iniciativa privada, relatou em entrevista que sua experiência neste modelo de trabalho mudou sua forma de ver o mundo dos negócios, refletindo nas suas práticas de gestão e tratamento com as pessoas, o que exemplifica as características transformadoras das práticas de gestão proporcionadas pela adoção de iniciativas voltadas para sustentabilidade e inovação social.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este estudo teve como objetivo verificar a existência de alinhamento entre as práticas de inovação social do CDISC – Comitê para Democratização de Informática de Santa Catarina com a teoria do desenvolvimento sustentável. Para tanto, utilizou-se como categorias de análise as dimensões social, ambiental e econômica preconizadas pelo Tripé da sustentabilidade nos projetos desenvolvidos pelo CDI-SC e a presença das características de inovação social abordadas na revisão bibliográfica.

Assim, verificou-se que o CDI-SC possui em seus projetos as dimensões elucidadas pelo *Tripple Bottom Line*, haja vista que em todos os projetos analisados há evidente preocupação ambiental, seja na correta destinação para o descarte dos componentes eletrônicos, ou pelo reaproveitamento de peças para montagem de equipamentos. Além disso, a dimensão social pode ser fortemente reconhecida na medida em que os projetos têm como lema a “transformação de vidas através da tecnologia”, atendendo comunidades menos favorecidas e em situação de vulnerabilidade econômica, com ações que trabalham conceitos de cidadania e inclusão social.

No que tange à dimensão econômica, percebe-se que a contribuição se dá na capacitação de jovens para ingresso no mercado de trabalho e no estímulo ao empreendedorismo. Além disso, os componentes que não sofrem reaproveitamento são vendidos as empresas com certificação ambiental para o adequado descarte, gerando receita para que seja mantida a estrutura e pagamento de custos do CDI-SC. Destaca-se que a organização entende ainda que sua atuação pode ser enquadrada ainda na dimensão política, uma vez que há a necessidade de

constantes parcerias junto ao governo na luta pelos direitos dos indivíduos em situação de vulnerabilidade e menos favorecidos.

O equilíbrio dinâmico entre as três dimensões (econômica, social e ambiental), poderá ser alcançado quando a organização considerar a integração efetiva destes pilares na sua estratégia e na sua ação, já que a construção da sustentabilidade é um desafio que só pode ser enfrentado de maneira integrada e com o efetivo engajamento de todos os atores envolvidos (ELKINGTON, 2004).

Ressalta-se ainda que características de inovação social apontadas na literatura como: resolução de problemas sociais em parceria com o poder público, sociedade civil e setor privado, maior ocorrência em organizações sem fins lucrativos, preocupação com resultados além da dimensão econômica e ações que beneficiam o coletivo, se fazem presentes nos projetos elucidados pelo CDI-SC.

Confirma-se também as perspectivas de Phills *et al.* (2008) que o desenvolvimento de atividades voltadas à inovação social se estabelece na criação de benefícios ou reduções de custos para a sociedade - por meio de esforços para lidar com as necessidades sociais e problemas – com resultados que vão além dos ganhos privados e de benefícios proporcionados pelo mercado.

Dado o exposto, percebe-se que as ações de inovação social desenvolvidas pelo CDI-SC estão alinhadas à teoria do desenvolvimento sustentável. Ainda que haja a presença de um viés econômico seja por parte das empresas parceiras, na preocupação com o atendimento de legislações e exigências fiscais, ou por parte do próprio CDI-SC, em práticas que lhe deem um retorno financeiro, evidencia-se que a questão ambiental é latente e deixa de ser de responsabilidade apenas do poder público. Entende-se que somente com a participação dos diversos atores que compõem a sociedade e têm preocupação com o ambiente em que vivem, preservando-o e conservando-o para as gerações futuras, é que se pode de fato praticar a sustentabilidade.

SUSTAINABILITY AND SOCIAL INNOVATION: THE GARBAGE THAT CREATES OPPORTUNITIES

ABSTRACT

The demands of the consumer society, allied to regulatores aspects of the market, means that many organizations face difficulties with the disposal of obsolete products, specifically electronic products. However, what is difficult for one organization may represent opportunities for other, for solving a difficulty allows the adoption of new management practices that integrate concepts of sustainability and social innovation can lead to the emergence of new businesses, generating inclusive service broader needs of society. In this context, this article consists of a case study in the Democratization of Information Committee in Santa Catarina (CDISC) and aimed to analyze the projects deployed from the recycling of e-waste from various partner institutions, intending to further identify the connections between the organization's practices to the theories of social innovation and sustainable development. Data collection was conducted from 09.12.2013 to 15.02.2014, through documentary research and semi-structured interview with the CEO of the organization. Data were analyzed by interpretativas techniques and key results provide insight into the opportunities created by e-waste recycling and that there is a strong connection between organizational practices and theories of social and sustainable development innovation, especially as it relates to adoption of the tripod sustainability

Keywords: Social Sustentabilidade. Inovação. Refuse. Organizational Management.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 2002.
- BARBIERI, J. C. Organizações inovadoras sustentáveis. In: BARBIERI, J. C; SIMANTOB, M. **Organizações inovadoras sustentáveis: uma reflexão sobre o futuro das organizações**. São Paulo, Atlas, 2007.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed method approaches**. 2nd ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2003.
- BRUNDTLAND, G. et al. **Nosso Futuro Comum**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CÂMARA, I. de Gusmão. Prefácio. In: **Planejamento ambiental: caminho para participação popular e gestão ambiental para o nosso futuro comum. Uma necessidade, um desafio.** Rio de Janeiro: Thex Editora. Biblioteca Estácio de Sá, 1993.

CATTANI, Antonio David. **A outra economia.** Porto Alegre: Veras Editores, 2003.

CAVALCANTI, C. **Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico econômica.** Estudos Avançados, p.26-74, 2012.

CHAMBERS, N.; SIMMONS, C.; WACKERNAGEL, M. **Sharing Nature's Interest: Ecological Footprints as an indicator of sustainability.** London: Earthscan Publications Ltd, 2000.

CRISES. 2004. **An Introduction to CRISES.** Disponível em: <www.crisis.uqam.ca/pages/fr/docs/P_CRISES>. Acesso em: 06 fev. 2014.

DAROIT, D.; NASCIMENTO, L. F. Dimensões da inovação sob o paradigma do desenvolvimento sustentável. In: 28º Encontro Nacional da ANPAD, Curitiba/PR. **Anais**, 2004.

DECROP, A. Qualitative research practice. A guide for social science students and researchers. **Recherche et Applications en Marketing**, v. 19, n. 2, p. 126-127, 2004.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DIAS, R. **Gestão ambiental – Responsabilidade social e sustentabilidade.** São Paulo: Atlas, 2007.

ELKINGTON, John. **Canibais com Garfo e Faca.** São Paulo: Makron Books, 2001.

ELKINGTON, John. **Enter the Triple Bottom Line**, 2004. Disponível em: <<http://www.johnelkington.com/TBL-elkington-chapter.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

FERNANDES, P. V. **Impacto ambiental: doutrina e jurisprudência.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** In: Revista de Administração de Empresas - RAE, v.35, n.2, mar./abr., 1995, p.57-63.

GOLDENBERG, Mark. 2004. **Social Innovation in Canada: How the non-profit sector serves Canadians and how it can serve them better.** Ottawa: Canadian Policy Research Networks.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia.** 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALL, J; VREDENBURG, H. **The challenges of innovating for sustainable development.** Sloan Management Review, v. 45, n.1, p. 61-68, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=1766&view=noticia>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

JARVIS, Chris. 2009. **Corporate Social Responsibility is Just Self-Interest**. Disponível em: <www.fastcompany.com/>. Acesso em: 05 fev. 2014.

LÉVESQUE, B. **Les entreprises d'économie sociale, plus porteuses d'innovations sociales que les autres?** In: COLLOQUE DU CQRS AU CONGRES DE L'ACFAS, 2001, Montreal, Cahiers du CRISES, v. 205, 2002.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática: São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MAXWELL, J. A. **Qualitative research design: an interactive approach**. Thousand Oaks: Sage, 1996.

MOLDAN, B.; BILHARZ, S. (Eds.) **Sustainability Indicators: Report of the project on Indicators of Sustainable Development**. Chichester: John Wiley & Sons Ltd., 1997.

MONTIBELLER-FILHO, G. O movimento ambientalista e o desenvolvimento sustentável-DS. In: MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: Editora UFSC, 2001, p. 29-56.

PAULA, Juarez. Uma Agenda Para o Brasil. In: **Uma Agenda de Desenvolvimento Humano e Sustentável para o Brasil do Século XXI**. PNUD – Instituto de Política, 2000.

PHILLS, James A; KRIS Deiglmeier; DALE T. Miller. **Rediscovering Social Innovation**. Stanford Social Innovation Review, 2008.

RISBOIS, Richard; SAUNDERS Ron. Towards a Skills Strategy for the Voluntary/Non-profit Sector - Discussion Paper. **Community Foundations of Canada and Canadian Policy Research Networks Inc**. April 2005.

RICHARDSON, Roberto J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESCH, S. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 20 ed. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SACHS, Ignacy. **A riqueza de todos: a construção de uma economia sustentável em um planeta superpovoado, poluído e pobre**. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SCHUMPETER, J.A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão Ambiental: Instrumentos, Esferas de Ação e Educação Ambiental**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

SENGE, P.M. **A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende**. São Paulo: Editora Best Seller, 1998.

STREETEN, P. Thinking about development. In: _____. **Raffaele Mettioli lectures**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.

TEMPLE, S. Old Issue, New Urgency? In: **Wisconsin Environmental Dimension, Spring Issue**, 1: 1. 1992.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WORLD COMISSION ON ENVIROMENTAL AND DEVELOPMENT. Our Common Future. Oxford: Oxford University Press. 1987.

YEUNG, Monica. 2007. **Social Innovation in Canada**. Ingredients for Learning, Research Paper. Toronto: Meal Exchange.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos.3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.